
05. CONSUMO E SUSTENTABILIDADE URBANA: O PROCESSO DE INTERVENÇÃO PAISAGÍSTICA DO RIO DE JANEIRO

Eder Claudio Malta Souza¹

Introdução

As políticas de intervenção urbana contemporâneas para o desenvolvimento das cidades têm sido orientadas por perspectivas mercadológicas e intermediadas por práticas de consumo. Estas práticas instrumentalizam os espaços públicos como lugares de consumo cultural, identificando-os como locais de serviços, ofertas de bens e atrativos de investimentos do turismo urbano e de entretenimentos (URRY, 2001; CANCLINI, 2006; LEITE, 2007; FORTUNA, 2012). Comumente, os objetivos destas políticas elencam uma inflação de projetos de sustentabilidade urbana e cultural para prover o desenvolvimento econômico das grandes cidades e centros históricos, tanto que elegem e valorizam espaços e paisagens socioculturais capazes de agregar *status* simbólico, político e econômico para a atração de pessoas e capitais².

Intervenções dessa natureza incidem na cidade do Rio de Janeiro desde os anos de 1980. Dentre as mais recentes há a intervenção de seus espaços para consolidar uma global agenda cultural-esportiva e lançar a cidade como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Diversos eventos como os Jogos Pan Americanos 2007, Jogos Mundiais Militares Rio 2011, Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014 resultaram em intervenções paisagísticas e nos espaços urbanos pelo poder público, em parceria com empresas e instituições privadas.

Estes eventos motivaram a elaboração de planos estratégicos que revelaram-se em políticas de intervenção para o desenvolvimento econômico focadas na sustentabilidade urbana, preservação paisagística e do “ambiente cultural” da cidade do Rio de Janeiro.

¹ Pós-Doutorando (PNPD/CAPES) pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas-RS (PPGS/UFPel). E-mail: ecmsouza@gmail.com

² Os mercados e instituições privadas apropriam-se e reordena os espaços públicos de bairros, morros e favelas como lugares de consumo cultural, hotelaria, gastronomia, cafés e bares diferenciados, cinemas ao ar livre, museus criativos e sustentáveis, casas de arte e músicas etc. nos diversos bairros paisagísticos e morros de uma cidade como o Rio de Janeiro. A estratégia é a inovação dos serviços para o consumo da cultura material e imaterial carioca (MALTA, 2015), em consequência avança-se os processos de *gentrification*, inclusive nos morros e favelas (WILLIAMSON, 2012).

Processos que decorrem do “Plano Estratégico Pós-2016 – O Rio mais integrado e competitivo” (PCRJ, 2009; 2013) e da política de patrimonialização da Paisagem Cultural resultante do dossiê “Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a montanha e o mar” (IPHAN, 2012), e buscam consolidar as políticas urbanas previstas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PCRJ, 2011)³, que tem na Paisagem Cultural carioca “o mais valioso bem da Cidade, responsável pela sua consagração como um ícone mundial e por sua inserção na economia turística do país, gerando emprego e renda” (PCRJ, 2011)⁴.

O estudo desses planos proporcionou a análise dos seguintes aspectos: 1) a transformação de referências que associam a paisagem cultural modernista carioca e o patrimônio histórico para novo cenário urbano e; 2) a exaustão dos tradicionais espaços de visibilidade pública carioca e; 3) a cidade em conflito com sua *contrapaisagem*. A *gentrification*⁵ das favelas e morros, por exemplo, indica novas práticas interativas de consumo com a inscrição desses espaços cotidianos no mapa turístico da cidade. Por outro lado, as localidades menores, desconhecidas e pacíficas, que ocupam terrenos valiosos (WILLIAMSON, 2012), são demolidas à força sob o pretexto da construção da Cidade Olímpica destinada ao megaevento ou da preservação paisagística.

Em ordem, este artigo analisa como as intervenções urbanas que constituíram o moderno espaço público carioca foram orientadas pela perspectiva urbanística e imobiliária, mas redefine-se através dos seguintes fatores: a construção dos polos esportivos para os jogos e pós-jogos, a manutenção do *status* patrimonial da paisagem, a publicidade das novas imagens da Zona Sul, dos revitalizados bairros do Centro e Zona Portuária e dos espaços enobrecidos nos morros da cidade. Depois discute-se como esse processo é constituído por práticas de consumo, de novas práticas de turismo urbano e de algumas implicações em torno da cultura urbana carioca.

1. Intervenções urbanas e preservação paisagística no Rio de Janeiro

³ Lei Complementar n.º 111 de 1º de fevereiro de 2011.

⁴ Integram o patrimônio paisagístico da Cidade do Rio de Janeiro tanto as paisagens com atributos excepcionais, como as paisagens decorrentes das manifestações e expressões populares (PCRJ, 2011).

⁵ Baseio-me na definição de Rogerio P. Leite (2015, p.30) que por “*gentrification* se designa um tipo de intervenção urbana em sítios históricos ou não, nomeadamente aquelas que ocorrem em zonas das cidades depauperadas, mas que em geral retêm valor patrimonial, e que modificam a paisagem urbana com transformações arquitetônicas com forte apelo visual, atendendo às demandas de valorização imobiliária, segurança, ordenamento e higienização social do espaço urbano”.

As intervenções urbanas na cidade do Rio de Janeiro resultaram de políticas de planejamento urbano seguindo a racionalidade urbanística moderna, no intuito de promover a modernização e o desenvolvimento econômico. As ações avançaram sobre as irregularidades do território, constituindo as principais áreas de mobilidade da cidade, mas não foram necessariamente efetivadas e não evitaram seus graves problemas socioespaciais.

Durante a primeira grande reurbanização da cidade, no governo de Rodrigues Alves (1902-1906) e na administração municipal do prefeito Pereira Passos, a cidade do Rio de Janeiro se tornava palco do primeiro conjunto de renovação urbana⁶ no início do século XX. Essa iniciativa tinha como objetivo central associar o Brasil à modernidade e ao cenário de progresso e objetivou-se a inscrição da cidade no cenário internacional, como cartão-postal do Brasil, com traços urbanos modernos entre paisagens naturais, mas era preciso combater as “mazelas” herdadas do período colonial e da escravidão (SEVCENKO, 1998)⁷. Este cenário desdobra-se com a inserção do Carnaval e do samba carioca como eventos culturais em meio aos processos de modernização das avenidas e ruas da cidade, quando surge o epíteto “Cidade Maravilhosa” (BARBOSA, 2012).

Neste entretempo, os problemas urbanos contrapõem sua projeção como cartão-postal do país: surgimento de favelas, conflitos migratórios e visível desigualdade social. As pressões políticas crescem na capital da República em nível nacional e regional até que, em 1960, Brasília passa ser a nova sede do governo federal e ocorre tanto o declínio político com a perda do *status* de capital e de principal economia brasileira para São Paulo. Com sua metropolização agravam-se os problemas urbanos notáveis em sucessivas administrações (FREITAG, 2009). Da ausência de um planejamento efetivo que assegurasse a proteção social pelo Estado, aumenta a violência urbana e a favelização de parte da sociedade carioca. Estava em curso a formação de sua *contrapaisagem* (MALTA, 2015).

⁶ A renovação urbana intervém no tecido urbano demolindo as estruturas existentes e não presume a preservação do conjunto material, como casas, praças e edifícios (VARGAS E CASTILHO, 2006). Alguns exemplos do processo de renovação do espaço urbano carioca são o “bota-abaixo” (MARINS, 1998), durante a construção da Av. Central (atual Av. Rio Branco) na primeira década do século XX, na gestão de Pereira Passos. Outras intervenções ocorreram no “arrasamento do Morro do Castelo, na gestão de Carlos Sampaio (1920-22), gerando a esplanada do Castelo; a abertura da Av. Pres. Vargas no início da década de 1940; e o desmonte do Morro de Santo Antônio, que permitiu a construção do Aterro do Flamengo, no final da década de 1950” (CAMARGO, 2011, p.01).

⁷ O ponto crucial na administração de Pereira Passos foi a reforma da área central, com abertura da Avenida Central (atual Av. Rio Branco), a construção do Theatro Municipal, a arborização da praça XV de Novembro, os alargamentos e reformas de ruas para que garantissem os ares cosmopolitas dos passeios públicos, e com a construção da Av. Atlântica. Todos esses espaços tornavam-se vitrines de um novo cenário do Rio de Janeiro e adotou-se os chamados códigos de posturas (MENEZES, 1999), a partir dos quais diversas regras foram apresentadas para que se cumprisse o ideário de higienização e racionalização urbanística.

Para Sharon Zukin (2000, p. 106), a paisagem é “em grande parte uma construção material, mas também é uma representação simbólica das relações sociais e espaciais [...] é uma poderosa expressão das restrições estruturais de uma cidade”. Com base nessa noção, podemos inferir que a contrapaisagem é uma inversão da representação simbólica de poder. É o poder cultural do vernacular sobre as restrições estruturais do espaço urbano estratégico. No Rio, ela é o antissímbolo (BARBOSA, 2012) que contingencia seus espaços.

No decorrer do século XX, os planos de renovação urbana do Rio de Janeiro ocorreram com forte influência dos engenheiros e dos setores imobiliários. As construções de grandes avenidas tornaram-se os espaços da velocidade e tráfego intenso de automotores, assim como praças e passeios públicos para o fluxo de pessoas. Ao tempo em que as construções demarcavam os espaços físicos, criando um perfil de mobilidade urbana entre o mar e os morros, atribuía-se a identidade cosmopolita carioca à monumentalidade das construções, à beleza das paisagens e à cultura praiana.

Cabe, então, breves considerações acerca desses mais de cem anos de tentativas de solucionar os problemas urbanos acerca morros da cidade. Conforme Rezende (2002), diversos planos de regulação urbanística integram a dimensão normativa das intervenções urbanas no Rio. Passam por diversas e descompassadas decisões administrativas dos Planos Agache (1930), Doixiadis (1965), Plano Urbanístico Básico para o Rio de Janeiro/Pub-Rio (1977), Plano Estratégico Rio Sempre Rio (1995) e As Cidades da Cidade (2004). A partir dos anos 80, inicia-se o processo de reestruturação urbana, considerando a preservação do território, a cidade e o centro histórico (CAMARGO, 2011) e o Plano Diretor Decenal (1992) que passou a tratar dos morros e da paisagem também. Mas todos estes, de algum modo, buscavam soluções para o “problema da favela”⁸.

É importante ressaltar que não cabe aqui um maior detalhamento analítico das características desses planos, uma vez que não é nosso intuito perfilar um recorte sócio-histórico das intervenções, mas demonstrar, pelo menos em termos gerais, como são estas intervenções que tiveram o intuito de remodelar o Rio de Janeiro para manter o *status* de cartão-postal do país, combater a favelização, a salubridade e criar uma nova paisagem e imagem para a cidade, além de novas funções do seu traçado urbano.

⁸ Zaluar e Alvito (2006, p.07-08) definem como a favela torna-se um “problema” político e urbanístico do Rio, “cidade desde o início marcada pelo paradoxo, a derrubada dos cortiços resultou no crescimento da população pobre nos morros, charcos e demais áreas vazias em torno da capital. Mas isso também se deveu à criatividade cultural e política, à capacidade de luta e de organização demonstradas pelos favelados nos 100 anos de sua história”.

Em mais de um século de intervenções, estes planos tiveram como característica geral a orientação interventiva para todo o espaço da cidade. Eles tentaram “estabelecer uma lógica de planejamento que integre as demais intervenções sob a forma de obras ou, dentro da dimensão normativa, sob a forma de projetos de alinhamento, decretos e leis de uso e ocupação do solo” (REZENDE, 2002, p. 257). As intervenções marcantes que transformariam a paisagem do Rio de Janeiro coincidem com a demolição do morro do Castelo durante a administração de Carlos Sampaio (1920-1922). O arrasamento do morro é justificado pelas condições precárias de higiene do Centro, degradação e favelização do morro.

A partir destes planos, diversas administrações municipais tiveram como intenção principal a idealização de uma nova cidade, com vistas a renovar o tecido urbano e social já existente, a partir da realocação de espaços e da expansão urbana. O Plano Agache, por exemplo, não apenas deu continuidade às ideias reformistas de Passos, mas consolidou-se como idealização de uma nova e moderna cidade com grandes avenidas arborizadas e áreas públicas com jardins no Centro, que na gestão do prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945) foi base para a construção da Av. Presidente Vargas, e nos bairros da Zona Sul ocupados pelas camadas mais abastadas da cidade. Trata-se do primeiro “Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento” do Rio de Janeiro (REZENDE, 2002; CARLOS, 2008).

Posteriormente, conforme Claudio Carlos (2008), nas décadas de 1950 e 1960, houve continuidade das práticas de reformas urbanas, visando novos planos de ocupação da área central da cidade e a remoção da população mais pobre. Assim, ocorre o arrasamento do Morro de Santo Antônio no período 1952-1954 e com ele acaba a favela de mesmo nome, seus despojos serviram para a realização da obra do Aterro do Flamengo. Segundo o autor “o plano de ocupação da esplanada do morro de Santo Antônio possui clara influência dos pressupostos teóricos da Carta de Atenas (1933), principalmente aqueles relacionados à integração de monumentos históricos aos novos traçados urbanos” (CARLOS, 2008, p. 77).

Os novos empreendimentos na cidade estimularam um quadro urbano e econômico renovado, caracterizado pela necessidade crescente de ligação dos diversos bairros com o Centro. Além disso, o incentivo do Estado brasileiro à indústria automobilística impulsionou os projetos de túneis, viadutos e vias expressas que foram construídos com base em prerrogativas da modernização “e o automóvel assume assim o papel de destaque no contexto paisagístico e urbanístico carioca” (CARLOS, 2008, p. 77). Mas é com o Plano Doxiadis (1963-1965) que se constrói um eficiente sistema rodoviário que faz ligação entre as zonas da

cidade e a expansão das vias de transportes ocorre seguindo preceitos de racionalização do uso do solo. Brandão (2006) aponta que mesmo priorizando o tráfego de automóveis, essas intervenções urbanas tentaram levar em conta os pedestres. Esse é o caso dos aterros do Flamengo para a construção do parque, dos passeios públicos na Lagoa Rodrigo de Freitas e da Praia de Copacabana para a construção do calçadão da Orla, por exemplo.

A partir de 1993, na chamada “Era Cesar Maia” (1993-2008), nas administrações César Maia e Luiz Paulo Conde⁹, quando ocorre o lançamento do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: “Rio Sempre Rio”, no qual destaca-se o programa Favela-Bairro, com o intuito de “integrar o morro ao asfalto” e promover a produção cultural nos bairros contemplados pelo programa¹⁰. Em 2004, é lançado o plano estratégico “As Cidades da Cidade”¹¹, um modelo de cidade zoneada, com subdivisão do Rio de Janeiro em 12 macrozonas, cada uma com um planejamento estratégico específico (CAMARGO, 2011). Conforme Paula Camargo (2011), a “Era Cesar Maia” trabalhou com base no *marketing* urbano para desenvolver ações que fortalecessem o setor turístico e para cada zona o foco seria resgate da cultura e da identidade local e o desenvolvimento de potencialidades econômicas de cada bairro ou zona.

Em torno de fazer do Rio uma cidade turística por excelência, os 16 anos desta administração teve como orientação central a construção de projetos monumentais e para a tentativa da cidade em sediar os Jogos Olímpicos de 2014 e de 2012 também. Neste entretempo, houve a primeira candidatura da cidade a patrimônio da humanidade, no ano de 2002, e foi lançada como “sítio misto” através do dossiê “Rio de Janeiro: o Pão de Açúcar,

⁹ Luiz Paulo Conde, secretário de urbanismo, na gestão de Cesar Maia, foi também prefeito entre 1997 e 2000. Durante sua pasta, trouxe “a metodologia do planejamento estratégico, guiado por forte inspiração no modelo catalão aplicado na Barcelona dos Jogos Olímpicos de 1992. Sob orientação da consultoria catalã, foi elaborado o Plano Rio Sempre Rio, e com ele a concepção das cidades como lugares de troca e de colaboração participativa para a construção de um plano que atendessem às necessidades de adequação das metrópoles contemporâneas aos desafios trazidos pela globalização” (CAMARGO, 2011, p.06).

¹⁰ Este plano tinha como objetivo principal “Tornar o Rio de Janeiro uma metrópole com crescente qualidade de vida, socialmente integrada, respeitosa da coisa pública e que confirme sua vocação para a cultura e a alegria de viver. Uma metrópole empreendedora e competitiva, com capacidade para ser um centro de pensamento, de geração de negócios para o País e a sua conexão privilegiada com o exterior” (PCRJ, 1995, p.22 apud Camargo, 2011).

¹¹ O plano As Cidades da Cidade, considerava de modo competitivo as “identidades, vocações e potencialidades das regiões” em que “[...] cada região conta, assim, com um objetivo central específico, e um plano estratégico próprio (PCRJ, 2004, p.09 apud Camargo, 2011). A PCRJ lançava então “um ambicioso conjunto de 12 planos estratégicos regionais [...] e a implementação de um processo dinâmico e sistemático de monitoramento pela sociedade, prevendo seu envolvimento na impulsão dos projetos e dos planos e a posterior avaliação de suas próprias propostas” (PCRJ, 2004, p.19 apud Camargo, 2011).

Floresta da Tijuca e do Jardim Botânico”¹². Objetiva-se proteger as áreas naturais do Parque Nacional da Tijuca, Jardim Botânico e Pão de Açúcar contra fatores que possam afetá-lo, mas foi recusado pelas comissões da UNESCO e do ICOMOS que solicitaram a inclusão de áreas paisagísticas, mas que expressassem relação direta com a cultural material e imaterial da cidade (RIBEIRO, 2007).

Para a autora, a proposta mais controversa, marcante pelos escândalos orçamentários e não concretizada foi de construir uma filial do Museu Guggenheim no Píer Mauá, Zona Portuária. Famoso pelas práticas de mercadológicas de bens culturais, ele existe em cidades como New York e Bilbao, na Espanha, pela Fundação norte-americana Solomon R. Guggenheim, onde haveria mudanças de uso em sua área com base na implantação de equipamentos urbanos e atividades de cultura e lazer, sendo que “não fazia parte de um projeto para a Zona Portuária, mas era um projeto na Zona Portuária” (CAMARGO, 2011, p.58). Estaria fixado no espaço público para a captação de recursos e o esperado efeito multiplicador de investimentos para intervenções urbanas posteriores. Exceto o Museu Guggenheim,

Além de posicionar o Rio no cenário internacional para além da imagem do balneário, foram implementados uma série de projetos, dos quais podemos citar: a Cidade do Rock, em Jacarepaguá, executada para abrigar o Rock in Rio III (2001); todos os esforços que envolveram os Jogos Pan-Americanos de 2007, com a construção de parque aquático, arena multi-uso, vila olímpica, estádio de futebol, entre outros; o empenho em trazer a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2012 e, recentemente, os de 2016, para a cidade; entre outras iniciativas. Se podemos dizer que existiu uma “Era Maia”, podemos afirmar também que esta foi marcada pela idealização e execução de vários projetos monumentais e proporcionalmente controversos (CAMARGO, 2011, p.10).

As consequências dos planos da administração de Cesar Maia podem ser lidas no espectro político, econômico e cultural, mas, uma vez mais, há um planejamento urbano para a cidade que não se constituem em projetos sociais para a qualidade de vida da população em geral, quando não apontam para a exclusão da população de baixo poder aquisitivo. Sobretudo, pautaram as grandes obras, a espetacularização das imagens e o turismo.

Retomando uma década, é importante ressaltar que em 1980 ocorrem ações do movimento preservacionista que lançou o projeto Corredor Cultural com a finalidade de preservação e fixação das funções culturais da área central (CARLOS, 2008; BRANDÃO,

¹² Através de uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e o governo do Estado do Rio de Janeiro juntamente com institutos de pesquisas locais, almejava-se a inscrição do sítio na Lista da Unesco com base em critérios naturais. Este dossiê incluía importantes áreas paisagísticas de apelo natural: Parque Nacional da Tijuca, Serra Carioca, Jardim Botânico, e os morros do Pão de Açúcar, Urca e Cara de Cão.

2013). Foi um importante movimento para frear a renovação urbana da área central e posteriormente consolidou-se na esfera municipal a instituição das primeiras Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC)¹³ do Rio de Janeiro. Em princípio chamadas de Áreas de Proteção Ambiental (APA), desde 1992 as APACs passam a ser um instrumento estratégico do poder municipal, mas com foco na preservação do ambiente cultural, embora considerasse a inovação dos usos nas zonas protegidas por lei.

As intervenções na paisagem urbana carioca são atualmente amparadas pela lei patrimonial das APACS¹⁴ que possui poderes legais de impedir a livre atuação do mercado imobiliário em áreas e imóveis preservados ou de promover a renovação urbana (PCRJ, 2011). Desse modo, a consolidação do controle urbano por meio da proteção do “ambiente cultural” perpassa conflitos de interesses entre o mercado imobiliário e o “movimento preservacionista”, com oportuna iniciativa do IPHAN-RJ, freando em parte uma lógica imobiliária expansionista desde a construção da Zona Sul, a expansão física e midiática da Barra da Tijuca e a valorização da Tijuca.

Não é difícil percebermos como os planos para o controle e reordenamento do uso do território permanecem preocupados com a mesma lógica de renovação ou revitalização, embelezamento e racionalização dos usos dos espaços. Mas a construção de equipamentos culturais e poli-esportivos começava a indicar mudanças no cenário carioca que reclamava pelo desenvolvimento do turismo em nível local e global. Desde os anos 80 e muito fortemente nos anos 90, já se indicava a orientação das intervenções para o “consumo cultural” (CANCLINI, 1993) de modo mais claro e referenciado pela própria cultura praiana que muito divulgou, por exemplo, a relação esporte, corpo, belezas naturais e beleza feminina nas “areias de Copacabana” (KAZ, 2010).

Mas até então o tema da *sustentabilidade* urbana, cultural e ambiental não estava em questão em nenhum dos planos, muito menos aliado à perspectiva de desenvolvimento econômico, o que ocorre somente com o lançamento do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável (2011), na administração de Eduardo Paes (2009-atual).

¹³ As APACs foram criadas e transformadas em legislação municipal pelo Decreto 4.141 de 1983 e através das Lei 506/84 e posteriormente reformulada pela Lei nº 1.139/87.

¹⁴ Atualmente, denomina-se APAC o “Território de domínio público ou privado, que apresenta conjunto edificado de relevante interesse cultural, cuja ocupação e renovação devem ser compatíveis com a proteção e a conservação de sua ambiência e suas características sócioespaciais identificadas como relevantes para a memória da cidade e para a manutenção da diversidade da ocupação urbana constituída ao longo do tempo” (LEI COMPLEMENTAR n.º 111, 2011).

2. Da renovação urbana à sustentabilidade: patrimonialização e megaeventos

O uso atual das APACs, com a Lei Complementar de 2011, é uma flexibilização para associar as zonas como áreas de proteção do “ambiente cultural” e um instrumento de gestão do Patrimônio Cultural associado à sustentabilidade. As APACs possuem funções e representações variadas, e forte dissenso entre a população proprietária de imóveis nas áreas protegidas, mas tornaram-se um instrumento de reconhecimento das comunidades locais em torno de noções como “patrimônio”, “moradia” e “vizinhança”, logo freando a expansão imobiliária e a renovação urbana em áreas tradicionais¹⁵.

Os atuais planos de sustentabilidade agregam este componente que inverte a lógica de arrasamento dos morros ou de interferência na paisagem para a construção de grandes projetos. A preservação patrimonial e ambiental, não só em relação à ocupação do solo, abrange a conservação de morros, do casario e dos edifícios antigos. No entanto, a reinserção internacional do Rio de Janeiro e as perspectivas de melhorias socioeconômicas e políticas, tornaram-se embrionárias com o lançamento de sua candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 e como cidade sede da Copa do Mundo de 2014. Estes megaeventos, embora disponham da retórica esportiva, possuem forte dimensão para os processos decisórios das políticas urbanas do país ou cidade sede. Em contraste com a “Cidade Maravilhosa” – contraditoriamente uma cidade desigual e violenta –, constrói-se a imagem da “Cidade Olímpica” – moderna, inclusiva, sustentável e revalorizada econômica e culturalmente.

Sendo a Paisagem Cultural considerado o principal bem cultural e atrativo da cidade, torna-se inovador, no contexto carioca, os modelos de intervenção associados à construção de equipamentos urbanos, culturais e esportivos, de avenidas e de sistemas de transportes modernos sem que ocasionasse a destruição de morros e áreas naturais (de interesse paisagístico) como ocorrera em outras ações durante o período de expansão da cidade e do setor industrial urbano entre os séculos XIX e XX. Assim, a recomposição da identidade e da

¹⁵ Conforme Carlos (2008), que analisou os dois primeiros períodos da criação de APACS sobre o sítio do Rio de Janeiro, destaca-se de maneira intensificada entre a área central e a Zona Sul, verificando-se a maioria das áreas de proteção estabelecidas na cidade. O autor identifica que as APACS da área central foram criadas predominantemente por mobilização das comunidades locais, motivadas a buscar proteção legal contra as investidas do capital imobiliário e às reformas urbanas empreendidas pela Prefeitura, tendo em vista que muitas áreas do Centro se tornaram valorizadas pelos grandes empreendimentos urbanos. Contraditoriamente, na Zona Sul, as APACS foram estrategicamente implementadas pela própria Prefeitura para conter o adensamento urbano e a verticalização dos bairros.

imagem urbana carioca visa transformá-la em cidade sustentável¹⁶, criativa e turística em que pese a preservação de seus bens culturais e materiais.

Esta mudança de concepção objetiva atender à atual noção de cidades sustentáveis que, conforme Rodrigues (2009), o princípio da “sustentabilidade urbana” das cidades apelou estrategicamente para os imperativos morais e normativos dos usos ambientais e culturais dos espaços públicos para reverter as fragilidades do desenvolvimento urbano desordenado¹⁷. Conceitos de espaço, patrimônio e de paisagens urbano-culturais têm sido redefinidos por força de sua associação com o ambiente e com a noção de desenvolvimento sustentável que ganha abrangência ao sair de sua prerrogativa ambiental, desde o final dos anos 80, para a sua inserção nas questões urbanas, o que incluem os projetos de intervenção socioespacial das metrópoles pós-industriais e das cidades históricas.

O desenvolvimento sustentável não é tanto um programa de acção político-económico, mas mais um ‘projecto civilizacional’ que advoga a reformulação de condições estruturais centrais das sociedades modernas (o consumo de massas, por exemplo) sem facultar meios (institucionais ou outros) para a sua concretização (RODRIGUES, 2009, p. 268).

A associação dos elementos simbólicos e representacionais como recursos potenciais das economias locais serve para as cidades alcançarem maior visibilidade internacional, que as inserem na “concorrência intercidades” (FORTUNA, 1997), que envolvem intervenções em áreas patrimoniais e destinadas aos megaeventos esportivos. Nesse sentido, a captação de investimentos por meio de políticas urbanas de patrimonialização e das políticas culturais locais serve-se das imagens e da identidade cultural carioca através dos mercados de bens culturais e meios de comunicação.

Embora a preservação dos bens culturais e das áreas naturais fosse prerrogativa para a consolidação do Plano Estratégico Pós-2016 e da patrimonialização da cidade pela UNESCO em 2012, as intervenções realizadas logo se converteram numa agenda conflitante

¹⁶ Nos anos de 1992, a cidade voltou a ter nova visibilidade e perspectiva sociopolítica quando sediou a ECO-92 (Conferência Internacional do Meio ambiente), inserindo-se novamente na agenda internacional. Vinte anos depois, em 2012, a cidade foi sede da Rio + 20, conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e que se propôs uma agenda global de sustentabilidade ambiental, econômica, urbana e cultural. Com isso pressionou-se os governos cariocas a lançarem a imagem do Rio como capaz de atender as diretrizes propostas pela conferência no âmbito do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável, de 2011.

¹⁷ Há uma importante associação entre a condição urbana e a sustentabilidade que se destaca como solução para os problemas de poluição, planejamento, mobilidade e energia limpa nas cidades, posteriormente para a sustentação de comunidades locais e do patrimônio cultural. Isso levaria às cidades a emergência global de novos conceitos como o de *cidades sustentáveis*.

entre a construção da Cidade Olímpica e a remoção de muitas favelas em áreas contempladas para a construção dos novos equipamentos urbanos para os megaeventos¹⁸.

Isto posto, entendemos que essa política de intervenção e patrimonialização no Rio de Janeiro não se refere somente à preservação e a sustentabilidade da paisagem cultural, mas almeja recompor a imagem da “Cidade Maravilhosa”. Ela e seus espaços tradicionais perderam sua eficácia simbólica de atratividade turística devido ao processo de exaustão de suas imagens e da exacerbação da conflitualidade entre “morros e asfalto” que circunscreve os já conhecidos espaços de visibilidade pública carioca¹⁹.

Compreendemos que as políticas de intervenção no Rio de Janeiro não visam somente a reinvenção de sua imagem, mas a desconstrução da imagem atual, polarizada entre as maravilhas paisagísticas e a intensa vida cultural contra a favelização, as desigualdades e a violência urbana. Através de uma nova política de intervenção em larga escala, mediante patrimonialização, revitalização, enobrecimento urbano ou grandes eventos, a cidade, podemos aludir, busca “proteger-se contra” sua “contraimagem” e “contrarreferências” associadas às paisagens cariocas.

Estas novas intervenções possuem um apelo à sustentabilidade sob o prisma da proteção do ambiente cultural e da paisagem, para atender às diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PCRJ, 2011). É neste contexto que se insere os planos de reestruturação urbana e a criação das novas imagens: Rio – Cidade Olímpica e Rio Patrimônio da Humanidade, vinculada ao Dossiê de elaboração do Planejamento Estratégico Pós-2016 e ao Dossiê “Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a montanha e o mar” (IPHAN, 2012), onde se visa a recomposição da paisagem urbano-cultural carioca e de novos espaços que atendam à referida agenda de sustentabilidade. Tal recomposição buscou atrair investidores com temas mercadológicos, lançando novas atribuições à imagem da cidade a partir de sua associação aos diversos setores que compreendem esta agenda global do Rio de Janeiro.

¹⁸ O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (COP-RJ) já denunciava, no dossiê “Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, Junho 2014”, que as remoções destinaram-se à construção da Cidade Olímpica, do BRT Transcarioca, do Projeto Porto Maravilha e diversas outras remoções decorreram do interesse imobiliário, zonas de risco ou de interesse ambiental e patrimonial sobre o pretexto de evitar a degradação das áreas.

¹⁹ Refiro-me ao imaginário do Brasil Modernista do início do século XX, quando foi projetado o cenário paisagístico da já tradicional imagem “Cidade Maravilhosa”. Paisagens como a Orla de Copacabana e o Parque do Flamengo sempre foram, ao lado da Floresta da Tijuca, Jardim Botânico, Morro do Pão de Açúcar e do Corcovado, ícones que compuseram as imagens urbanas cariocas publicizadas.

No que concerne a patrimonialização, a inscrição do Rio como Patrimônio da Humanidade define, com base nas APACS, a proteção de bens culturais que fazem parte da identidade carioca, ao mesmo tempo em que promove a recomposição da paisagem em torno do turismo e da valorização dos lugares de consumo cultural ao elencar, sobretudo, a excepcionalidade do Sítio Paisagem Cultural²⁰. Após a chancela da Paisagem Cultural pelo Iphan em 2009 e a nomeação a patrimônio mundial pela Unesco em 2012, diversos decretos preocupava-se em solucionar os problemas que afetam a qualidade do sítio²¹, principalmente na Área de Amortecimento do sítio²². O argumento é que embora os morros não fossem considerados em risco de integridade, a ocupação irregular do solo pode leva-los à vulnerabilidade devido ao agravamento dos problemas habitacionais em que vive a população de baixa renda desde fins do século XIX (IPHAN, 2012; MALTA, 2015).

Entretanto, as intervenções contemplaram principalmente o Centro, Lapa e a Zona Portuária. Estas localidades não foram citadas no dossiê, mas tornaram-se simbolicamente patrimoniadas com a criação e atuação do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH)²³, com as ações zonas estratégicas de interesses cultural e paisagísticos para fazer avançar ou fiscalizar o Plano Pós-2016 e ter sucesso na organização técnica do esperado megaevento esportivo e a construção dos mais modernos polos esportivos em diversos bairros da cidade, sem que afete a Paisagem Cultural.

No setor turístico lançou-se um intenso *city marketing* em torno de práticas culturais, segurança, meio ambiente, educação e cultura, a exemplo das promoções Rio Capital da Bicicleta, Rio Capital Sustentável, Rio Capital Verde (meio ambiente e sustentabilidade); Rio

²⁰ O sítio paisagístico tem dimensão geográfica delimitada pelo dossiê e compreende importantes marcos referenciais da cidade, divididos em três setores: “A Montanha, a Floresta e o Jardim”; “A Entrada da Baía de Guanabara e as Bordas D’água”; “A Paisagem Urbana”. Estes promoveram e promovem a imagem do Rio de Janeiro em nível nacional e internacional, quando a cidade é promovida o cartão-postal do Brasil moderno associando as paisagens que agora estruturam e englobam os principais elementos naturais e históricos do sítio, desde a Floresta da Tijuca à Baía de Guanabara e fortes de Niterói, composto também pela paisagem urbana do Parque do Flamengo ao Morro do Arpoador, passando pela Orla de Copacabana, bairros, morros do entorno e os diversos espaços.

²¹ Dentre eles estão os morros de áreas de proteção ambiental, a implantação de redes de comunicação, usos inadequados do solo entre outros fatores que afetam a sustentabilidade ambiental do maciço da Tijuca. É também considerado o grau de poluição das águas da Lagoa Rodrigo de Freitas e da Baía da Guanabara, que receberá atividades durante as Olimpíadas.

²² De acordo com o Art. 2º., XVIII, da Lei No. 9.985/2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que estabelece o conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais, a Zona/Área de amortecimento é “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”.

²³ Criado pelo Decreto Nº 35879 de 05 de Julho de 2012 após a nomeação da cidade a Patrimônio da Humanidade.

Capital da Energia, Rio Capital do Turismo, Rio Capital da Indústria Criativa (desenvolvimento econômico); Rio em Forma Olímpico (desenvolvimento social); Rio em Ordem (ordem pública); Rio Cidade Inteligente (Gestão e Finanças Públicas); Rio Criança Global (educação); Rio Patrimônio – Centro (cultura).

3. Consumo e (pós)turismo

A agenda global de consumo de bens, mobilidade e serviços turísticos torna-se proeminente na reestruturação socioespacial da cidade. Em trabalho anterior (MALTA, 2015) já analisamos como as políticas de patrimonialização intervêm nos espaços públicos para a recomposição da paisagem (sócio)cultural, das imagens urbanas e do reordenamento do espaço público, à medida que são recompostos para as práticas de consumo e turismo.

No Rio de Janeiro, a construção “intencional” da paisagem reforça a visualidade material e simbólica traduzindo o resultado da interação entre o homem e a natureza. A representação da Paisagem Cultural da cidade se constitui como um mosaico urbano no entremeio de paisagens naturais. Isto é, constituiu-se no decorrer de intervenções urbanas sucessivas modificadas pela ambição em construir uma cidade moderna, competindo com suas próprias dificuldades técnicas para construir um aglomerado urbano, entre o mar e os morros. Inscreve-se como imagens de uma marca espaço-temporal que alia a arquitetura, o urbanismo e o paisagismo da modernidade carioca.

Entretanto, defende-se aqui, que os casos de Copacabana e da Zona Portuária delineiam uma transformação da arquitetura e da imagem da cidade modernista para urbanismo e arquitetura pós-modernista. O Museu da Imagem e do Som (MIS) em Copacabana, construído com base na forma de mosaico do calçadão da orla, com usos ao ar livre para o consumo visual paisagístico, e o Museu do Amanhã, no Píer Mauá, construído com tecnologias sustentáveis para a captação de água e energia solar, por exemplo, talvez representem a entrada do novo cartão-postal carioca em um tripé pós-modernista das cidades sustentáveis: criativas, culturais, patrimonializadas. Pois além da arquitetura arrojada e diferenciada, propõe-se novos paradigmas de usos sociais dos espaços culturais através do consumo.

Em Copacabana, sobressai-se ainda a disputada visualidade do *branding* empresarial (marcas de empresas de bebidas, alimentos, cartões de crédito, dos *media* etc.) como imagem

urbana, não necessariamente autêntica de toda a Orla, e saturam a visualidade da paisagem local. No que concerne à visualidade paisagística, a fachada arquitetônica pós-modernista do MIS acompanha as tendências da arquitetura e urbanismo do Rio de Janeiro, principalmente na construção dos novos equipamentos urbanos vinculados ao Planejamento Estratégico Pós-2016, e começa a demonstrar os sinais de mudança do próprio significado da paisagem. Copacabana, já sendo um bairro de arquitetura moderna, vida cosmopolita, turístico, detém um ritmo cotidiano que está entre os idosos moradores e jovens pessoas em fluxo, vê-se diante de um cenário estilizado de sua paisagem urbana-cultural.

Esta relação entre patrimônio, sustentabilidade e desenvolvimento econômico tem sido associada às políticas urbanas voltadas às práticas de revitalização dos centros históricos e áreas portuárias. No entanto, orientadas pelas práticas de consumo cultural e turismo, pesquisas apontam para os processos de *gentrification* nas localidades mais desfavorecidas (FREIRE-MEDEIROS, 2006; WILLIAMSON, 2012). São nas Áreas de Amortecimento do sítio onde ocorre a presença marcante de favelas, as quais revelam-se como antissímbolos da paisagem carioca ou, podemos dizer, revelam a representação das contradições da vida sociocultural e das desigualdades econômicas da cidade.

Na Zona Portuária o enobrecimento ocorreu com a construção dos Museus do Amanhã e de Arte do Rio, onde também as comunidades do Valongo, Morro da Providência e Pedra do Sal tornam-se lugares de consumo. Mas as comunidades de baixo poder aquisitivo, residentes em áreas consideradas com vista paisagística privilegiada e com a presença das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), viram seus espaços cotidianos sendo apropriados pelos processos de enobrecimento para as práticas do *favela tour* como Pavão-Pavãozinho, Vidigal, Rocinha e Morro do Alemão²⁴.

Assim sendo, o *favela tour* e o enobrecimento urbano avançaram sob o slogan da criatividade das práticas de consumo carioca que aliou hotelaria, gastronomia, andar pelos morros, bailes *funk*, a fotografia da pobreza etc. à programação cultural cotidiana. Esses processos tornam-se formas de intervenção urbana em que se sublinham como características centrais as políticas de revitalização ou requalificação urbana que em casos mais específicos

²⁴ As favelas tem sido objetos de demolições no âmbito do projeto Morar Carioca, programa municipal de urbanização de favelas. Mas mesmo com os poucos investimentos a longo prazo para o fornecimento de serviços básicos para as comunidades como educação, capacitação profissional, saúde, creche, saneamento, segurança e legalização fundiária, assiste-se à proliferação das políticas de enobrecimento urbano (*gentrification*) nas favelas cariocas tornando-as lugares de consumo. Segundo Williamson (2012), os moradores são despejados à força sob o pretexto do desenvolvimento dos megaeventos, muitas vezes sem uma justificativa clara.

tencionam ao enobrecimento urbano e à espetacularização da cultura (LEITE, 2007). Estas práticas recompõem as imagens e identidades urbanas e orientam-se por políticas de consumo cultural e turismo promovidos por setores empresariais, publicitários, promotores de eventos, pela mídia especializada e disseminada na televisão e internet.

Tal concepção reforça a leitura sobre a arquitetura peculiar ao pós-modernismo que enquadra as cidades como se fossem um eterno centro “de preservação turística” para todos os interesses distintos. Conforme observa M. Featherstone (1995, p. 143), “as cidades pós-modernas se transformaram em centros de consumo, jogo e entretenimento, saturadas de signos e imagens a ponto de qualquer coisa poder ser representada, tematizada e transformada em um objeto de interesse”. Com estas características é que enuncia-se a plural, senão conflitiva, relação do consumo cultural com a recomposição identitária e paisagística da cidade do Rio de Janeiro.

As “marcas” tradicionais do Rio, como o Morro do Corcovado e do Pão de Açúcar sempre existirão como atrativo, mas para que continuem a representar o *branding* imagético do Brasil, um cartão-postal de entrada da cidade e do país, foram também patrimonializados, de modo que a narrativa de modernidade carioca do século XX parece antecipar seu valor de *reliquia* (GIDDENS, 2001) e de monumentos tradicionais, e competem com um provável cenário de pós-autenticidade (LABADI, 2010)²⁵. Com isto, as espacializações culturais, como teatros, antigas boates, praças e lugares de sociabilidade e produção cultural, são elas friccionadas pelas novas ações e representações criadas pelos poderes públicos e privados. Ao tempo que o argumento central é a conservação de áreas urbanas e naturais para possibilitar a sustentabilidade ambiental e cultural dos bairros, o investimento em paisagens turísticas torna-se uma iniciativa comum na linguagem e discursos oficiais, na própria construção da paisagem sustentável.

Os novos artefatos e lugares de consumo, tem intensificado um processo de “concorrência intracidade” (MALTA, 2015), pelo qual os investidores locais disputam, sobretudo, os consumidores e turistas intermediando práticas de consumo que buscam causar ao turista a sensação de ser momentaneamente um “local”, ao atrair jovens consumidores a visitarem os lugares mais conflitivos para a população carioca, vivenciarem a culinária e bebidas local, os modos de vida e práticas culturais, ou mesmo se alojarem nos *hostels*

²⁵ O conceito de pós-autenticidade contrapõe às representações de autenticidade dos bens culturais que tem como fundamento o grau de veracidade, originalidade e sua integridade como uma meta-narrativa oficial.

(albergues) instalados nos espaços enobrecidos de morros e favelas (FREIRE-MEDEIROS, 2006).

Estes serviços disputam os consumidores que aportam no Rio e constituem-se de modos diversos contrapondo a prática turística tradicional que ofertavam os hotéis luxuosos, onde a bolha de segurança formada por narrativas, apropriações e representações acerca da favela como lugar perigoso, de evitação, marginalização e de contestação. Com a ampliação do leque de ofertas turísticas, aquelas localidades desfavorecidas, quando não removidas, tornaram-se lugares de consumo, aventuras turísticas e exotismo – algo próprio do chamado “pós-turismo” (URRY, 2001).

Está nova pratica de turismo difere-se do turismo tradicional por inscrever nova relação do turista com os lugares que visitam. Dentre as principais diferenças, a experiência turística é modificada através das novas tecnologias que antecipam informações e imagens dos lugares. A articulação entre alta-cultura e cultura popular/de massa tem recomposto a noção de autenticidade – dos bens culturais – para a hibridação das práticas socioculturais com a experiência do visitante em desfrutar situações inusitadas e inovadoras (URRY, 2001). Por último, o turismo não se circunscreve somente às atividades sérias e regulamentadas por um pacote turístico de hotel ou de redes de serviços que oferecem o turismo na cidade, mas sem a cidade.

O “pós-turista” aventura-se e desfruta de prazeres lúdicos, desconfia dos cenários supostamente autênticos e joga com eles (URRY, 2001). Não é um *blasé* ou um *flaneur* no sentido clássico, mas o consumidor ativo que lança um olhar multifocal acerca das localidades que visita e deleita-se com ela. É a indivíduo, com algum poder aquisitivo, mesmo na condição de consumidor, buscando estar liberto dos constrangimentos impostos pelos pacotes turísticos que protegem o cliente da “realidade local”, através dos passeios programados e organizados pelos hotéis familiares de redes internacionais, restaurantes de fast-food, guias de turismo bilíngues e do que o autor chama de “pseudo-acontecimentos” que são atrações inventadas e com pouca autenticidade da cultura imaterial principalmente.

O pós-turismo, isto é, as novas práticas de turismo, força com que os gestores urbanos e os intermediários culturais (FERREIRA, 2010) busquem inovações constantes para ofertar serviços e programações atrativas. *Hostels* inteligentes, ecológicos, com festas noturnas; restaurantes e bares estilizados e conectados; mobilidade urbana diversificada e

ancorada nas novas tecnologias comunicacionais e; vigilância eletrônica, não necessariamente ostensiva.

A concorrência dentro da cidade não escapa às pressões globais das mudanças no mundo do consumo. Os gestores do Rio de Janeiro, ainda que não reordenem os problemas mais iminentes da cidade, vêm-se continuamente forçados a recompor o cenário, na tentativa de não deixar morrer o discurso oficial já existente e propagado. O propósito de vencer as favelas continuou, mas com enfoque diferenciado pois não foi por medidas sociopolíticas de ações de cidadania, de regulação fundiária e qualidade de vida para seus moradores. Permitiu-se, precisamente, o consumo invadir não somente a praia e o asfalto, e sim os morros.

Considerações finais

Com base na importância da experiência urbana da cidade, as políticas urbanas de patrimonialização destacam a paisagem como o principal bem cultural, de valor universal e teve a finalidade de integrar a sua preservação ao plano estratégico Pós-2016 que destaca a criação de uma nova imagem de cidade para sua sustentação nos jogos olímpicos. Por isso as áreas que compreendem tanto a Paisagem Cultural quanto os espaços destinados aos jogos foram alvos de políticas de revitalização e requalificação urbanas. Esta associação de projetos de intervenção dá suporte ao não menos polêmico plano de sustentabilidade da prefeitura na “Era Eduardo Paes”.

Por um lado, os tradicionais postais cariocas têm seus principais espaços de visibilidade pública questionados e reivindicados tanto pela população quanto pelos setores midiáticos. Assim sendo, a estratégia pelo enobrecimento em tornar visíveis ao turista um dos principais espaços que “afetam” a integridade do sítio, as favelas, e as características presentes no entorno desta contrapaisagem situada nos morros paisagístico, o antissímbolo carioca. Por outro lado, as habitações em áreas desfavorecidas do qualitativo “paisagem cultural” foram passíveis de remoção para construção de equipamentos esportivos, ou mesmo para a inibição visual onde não corresponde aos interesses mercadológicos.

O reconhecimento da forma física da paisagem do Rio confere seu valor universal como patrimônio histórico-cultural, mas pressionada pelos setores imobiliários, pela sustentação de um megaprojeto e pela permanência da violência e desigualdade urbana. Se a

Paisagem Cultural é resultado da confluência do meio ambiente, da cidade e da cultura, significa que a cidade reclama por uma mudança em termos de concepção e ação. Para isso adota-se o conceito de Sustentabilidade associado ao desenvolvimento urbano e econômico e publiciza-se a imagem de uma cidade do futuro.

Dessas características, a paisagem da cidade não se resume a uma imagem retrátil e alusiva. As imagens em si tornam-se “postais”, “guias”, porém tornam-se a principal narrativa de um conjunto de intervenções que enunciam o estatuto simbólico da Paisagem Cultural. A candidatura a Patrimônio da Humanidade reivindicou a preservação da paisagem urbana-cultural modernista própria à identidade cultural da cidade do Rio de Janeiro em meio às incidências de construções da Cidade Olímpica, dos novos equipamentos urbanos e das inovadoras práticas de turismo.

Com isso, o que discutimos não se resume somente a dimensão desses planos estratégicos de intervenção, mas como eles reclamam e pressionam, em diferentes perspectivas, a inovação da imagem e identidade cultural da cidade e buscam, sobretudo, no turismo, na captação de pessoas e capitais, os recursos necessários para sua internacionalização econômica, cultural e tecnológica. Existe, portanto, dois eixos centrais de orientação mercadológica das políticas urbanas de intervenção que são o turismo e o consumo cultural. A cidade se transforma em torno destas práticas e do ajustamento dos planos estratégicos.

Bibliografia

BARBOSA, Jorge Luiz. Paisagens da Natureza, Lugares da Sociedade: a construção imaginária do Rio de Janeiro como “cidade maravilhosa”. In: SOUZA, J. S. S.; SILVA, J. L. B.; FAUSTINI, M. V., **O novo carioca**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012.

BRANDÃO, J. P. M.. A Revitalização da Lapa: Cultura e Patrimônio na Construção do Espaço Público do Rio de Janeiro. In: LEITE, ROGERIO P.; MALTA, Eder. (Org.). **Cidades e Patrimônios Culturais: Investigações para a iniciação à pesquisa**. 1ªed. São Cristóvão: Editora UFS, 2013, v.1, p. 281-303.

CAMARGO, Paula de O. **As cidades, a cidade: política, arquitetura e cultura na cidade do Rio de Janeiro**, Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2011.

CANCLINI, Néstor García. **El consumo cultural em México**. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1993.

_____. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CARLOS, Claudio A. S. L. **Áreas de proteção do ambiente cultural (Apac): Da idealização à banalização do patrimônio Cultural carioca**. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERREIRA, Claudino. “Cultura e Regeneração Urbana: novas e velhas agendas da política cultural para as cidades”. **Tomo/Dossiê Cidades**, jan/jul, n. 16, 2010.

FORTUNA, Carlos. Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora. In: _____. (org.) **Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia**. Oeiras: Celta, 1997.

_____. Patrimônio, turismo e emoção. Revista **Crítica de Ciências Sociais**, 97, 2012. Disponível em <http://rccs.revues.org/4898> [consultado em 30-3-2014].

GIDDENS, Anthony. **A vida em uma sociedade pós-tradicional**, in: Em defesa da Sociologia. Ensaios, interpretações e trélicas. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

IPHAN. Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a Montanha e o Mar. In: _____. **Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à Lista de Patrimônio da Humanidade**. Brasília, 2012.

LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos da cidade: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: UNICAMP; Aracaju: EDUFS, 2007.

_____. **Espaço e poder: os procesos de Gentrification**. CESContexto:Paisagens Socioculturais Contemporâneas, v. 12, p. 30-36, 2015.

FREIRE-MEDEIROS, B. **A construção da favela carioca como destino turístico**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FREITAG, Barbara. **Capitais migrantes e poderes peregrinos: o caso do Rio de Janeiro**. Campinas, SP: Papirus, 2009.

MALTA, Eder C. **Políticas de Patrimonialização e Consumo: A Paisagem Cultural da Cidade do Rio de Janeiro**, Tese de Doutorado, PPGS-UFS, 2015.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Plano Diretor Decenal**, Lei Complementar 111/2011. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Pós-2016: O Rio mais integrado e competitivo** – Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro: 2013 – 2016. Rio de Janeiro, 2013.

KAZ, Stela. **Um jeito Copacabana de ser: o discurso do mito em O Cruzeiro e Sombra**. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Departamento de Artes e Design), 2010.

LABADI, Sophia. World Heritage, Authenticity and Post-Authenticity. In: LABADI, Sophia; LONG, Colin (eds). **Heritage and Globalisa-tion**. New York: Routledge. 2010, pp. 66-84.

MARINS, Paulo César Garcez. “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, Vol 3.

MENEZES, Lená Medeiros. “Rio de Janeiro nas trilhas do progresso: Pereira Passos e as posturas municipais”. In: SOLLER, M. A. e MATOS, M. I. S. (orgs.). **A cidade em debate**. São Paulo, Editora Olho d’água, 1999, pp. 109-127.

REZENDE, Vera F. “Planos e regulação urbanística: a dimensão normativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro”. In: OLIVEIRA, Lúcia L. (org). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2002, pp. 256-281.

RIBEIRO, Rafael W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Brasília, Iphan, 2007.

RODRIGUES, M. Eugénia. Ambiente, Sustentabilidade e Cidade. in FORTUNA, C. e LEITE R. P. (orgs), **Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos**. Coimbra: Almedina, 2009, pp. 265-282.

SEVCENKO, Nicolau. “Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, Vol 3.

VARGAS, H. C e CASTILHO, A. L. H. **Intervenções em Centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. In: Vargas, H. C. (org.); Castilho, A. L. H. (org.). 1. ed. Barueri, SP:Manole, 2006.

WILLIAMSON, Theresa. Uma Oportunidade Perdida no Rio. **Rio On Watch**. Abril. 2012. Disponível em <<http://rioonwatch.org.br/?p=3023>>. Acesso em 23 de Julho de 2014.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um Século de Favela**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ZUKIN, Sharon. Paisagens Urbanas Pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: Arantes, Antonio (org). **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papirus, 2000.